

O PROTAGONISMO DO GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO NO LETRAMENTO EM SALA DE AULA

Eduardo Souza da Silva¹

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – eduardo_ss@hotmail.com

Resumo: Este artigo discorre sobre uma proposta de utilização do gênero artigo de opinião como meio para propiciar o letramento de educandos dos anos finais do Ensino Fundamental, nas aulas de Língua Portuguesa. Para tanto, a discussão abordada aqui teve como base as contribuições acerca dos gêneros discursivos/textuais de Bakhtin e Marcuschi, levando em consideração o fato desses gêneros estarem ligados a contextos sociais, o que dialoga com as concepções de letramento trazidas por Rojo e Soares, além das orientações dos PCN e da BNCC, que propõem que o ensino de Língua Portuguesa seja pautado nesses mesmos gêneros. Partindo desses conceitos e orientações, este trabalho trouxe uma abordagem do gênero artigo de opinião, a partir de um levantamento bibliográfico, objetivando ao educando reconhecer esse gênero não apenas como um meio para o desenvolvimento da sua capacidade reflexiva com relação a seu contexto de convívio, mas também o aperfeiçoamento das práticas de leitura e escrita, partindo das características do referido gênero. Como essa proposta de trabalho tem um gênero textual como referência, seguimos as orientações de Scheneuwly & Dolz e propomos sequências didáticas, às quais tratam, em suas etapas, de fazer com que o educando leia, analise, compreenda e produza textos com mais autonomia e propriedade.

Palavras-chave: Gêneros textuais. Letramento. Artigo de Opinião. Ensino.

1 INTRODUÇÃO

As propostas mais recentes para o ensino de Língua Portuguesa não propõem um total abandono de práticas de ensino voltadas à aquisição de um conhecimento puramente gramatical, mas sim que isso não seja visto como prioridade. Essa realidade expressa em grande parte uma preocupação com outras práticas que eram deixadas de lado no trabalho em sala de aula, como a leitura e a escrita efetivamente, o que, além de causar cansaço nos educandos, cria a ideia de que o ensino de Língua Portuguesa nada mais é do que o estudo de frases e orações isoladas como pretexto para se aprender regras.

É partindo desse pressuposto que surge a preocupação de rever as práticas que regem o ensino de Língua Portuguesa atualmente, tendo como base e foco o aprimoramento e, em muitos casos nos diversos níveis do Ensino Fundamental e Médio, a aquisição da leitura e da escrita. De fato, essa é uma grande preocupação e é preciso nos indagarmos cada vez mais enquanto educadores sobre como tornar o trabalho de ensino de Língua mais eficaz para os nossos educandos.

¹ Mestrando em Letras – PROFLETRAS (UEPB)

Nesse sentido, como orientam as propostas curriculares vigentes em nosso país, como os PCN e a BNCC, este trabalho propõe utilizar um gênero baseando-se, em especial, nas propostas bakhtinianas sobre o estudo dos gêneros discursivos, mais especificamente o artigo de opinião. Um trabalho voltado não apenas para a aplicação do gênero em si, mas como motivador para que o educando se torne um sujeito letrado, conhecedor e crítico da sua realidade. Para isso, partimos das orientações de Soares e Rojo, no que diz respeito aos conceitos de letramento e sua importância para o ensino de Língua Portuguesa, que propõe valorizar o contexto de vivência do educando, fazendo com o que o ensino, para ele, torne-se significativo.

Assim sendo, neste trabalho, o gênero artigo de opinião é visto como protagonista para o letramento em sala de aula, justamente por essa possibilidade de ligar o contexto social do educando ao escolar e gerar nele a capacidade argumentativa. As discussões acerca desse gênero, como definição e argumentação, por exemplo, tiveram como base as orientações de Brakling (2000), Rodrigues (2001) e Koch (2017).

Como proposta de prática com o gênero artigo de opinião, seguimos as orientações de Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004) que tratam do trabalho com gêneros textuais em sala de aula, a partir de sequências de atividades capazes de levar o nosso educando ao conhecimento e domínio desses gêneros, além de outros fatores que, necessariamente, fazem parte dessas sequências e que serão descobertos ao longo delas.

2 CONCEPÇÕES DE GÊNEROS TEXTUAIS E LETRAMENTO

Há uma grande discussão acerca da realização das aulas de Língua Portuguesa atualmente, pois a persistência e comodidade de se privilegiar um trabalho voltado ao ensino de língua baseando-se, ainda, na aplicação de regras densas de gramática isolada é muito presente. Essa realidade contraste-se, por exemplo, com o que propõe Bakhtin (1992, p. 279) ao orientar um ensino de língua materna partindo da diversidade de gêneros textuais que encontramos em nossas mais corriqueiras atividades, além de apresentá-los como inesgotáveis na sociedade. O autor ainda propõe que tenhamos domínio sobre os gêneros, de modo a criarmos condições de utilizá-los nas atividades sociais que realizamos diariamente:

Quanto melhor dominamos os gêneros tanto mais livremente os empregamos, tanto mais plena e nitidamente descobrimos neles a nossa individualidade (onde isso é possível e necessário), refletimos de modo mais flexível e sutil a situação singular da comunicação; em suma,

(83) 3322.3222

contato@conbrale.com.br

www.conbrale.com.br

realizamos de modo mais acabado o nosso livre projeto de discurso (BAKHTIN, 2003, p.285).

Seguindo a linha bakhtiniana, Marcuschi (2003) traz uma abordagem acerca dos gêneros textuais, partindo não só da sua multiplicidade, mas também da sua função social, chamando a nossa atenção para o fato de comumente podermos encontrá-los em atividades corriqueiras e necessárias do nosso dia a dia, diretamente relacionadas à interação humana:

Caracterizam-se muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas peculiaridades linguísticas e estruturais. São de difícil definição formal, devendo ser contemplados em seus usos e condicionamentos sócio pragmáticos caracterizados como práticas sócio discursivas. Quase inúmeros em diversidade de formas, obtêm denominações nem sempre unívocas e, assim como surgem, podem desaparecer. (MARCUSCHI, 2003)

Com base, ainda, no que afirmou o autor, é possível percebermos que pelo fato dos gêneros textuais estarem presentes em diversos contextos sociais, o trabalho com eles aproxima a aula de Língua Portuguesa à realidade dos discentes, além de tornar-se mais significativo, justamente pelo fato de que os sujeitos envolvidos nesse processo de ensino e aprendizagem poderão ver um sentido naquilo que estão estudando.

Não é de hoje que o trabalho com gêneros textuais é tido como norteador das aulas de Língua Portuguesa, dessa forma, não permitindo que o discente se depare com uma aula voltada totalmente a um apelo gramatical. Os PCN (1998) orientam que:

Nessa perspectiva, necessário contemplar, nas atividades de ensino, a diversidade de textos e gêneros, e não apenas em função de sua relevância social, mas também pelo fato de que textos pertencentes a diferentes gêneros são organizados de diferentes formas. A compreensão oral e escrita, bem como a produção oral e escrita de textos pertencentes a diversos gêneros, supõem o desenvolvimento de diversas capacidades que devem ser enfocadas nas situações de ensino. É preciso abandonar a crença na existência de um gênero prototípico que permitiria ensinar todos os gêneros em circulação social. (BRASIL, 1998, p.23, 24)

A perspectiva trazida pelos PCN dialoga com os conceitos de Bakhtin e Marcuschi, ao orientar que o ensino de Língua Portuguesa deve privilegiar os gêneros textuais, tanto para o aperfeiçoamento da leitura quanto da escrita. Além disso, o que também é proposto pelos PCN é uma não valorização de apenas um gênero, mas uma abordagem que contemple muitos deles, devido, justamente, a sua diversidade existente nos mais variados contextos sociais.

Essa discussão acerca dos usos de gêneros textuais em sala de aula atualmente é bem recorrente, pois cada vez mais se busca contextualizar

o ensino de Língua Portuguesa, relacioná-lo à realidade do discente, fazendo com que o ensino se concretize e problemas de leitura e escrita diminuam conseqüentemente.

Essa valorização dos gêneros textuais que circulam os discentes é extremamente relevante para os dias de hoje. É imprescindível levar a realidade do discente à escola, como afirma OLIVEIRA (2011), é necessário valorizar o contexto social do educando, seus costumes e suas atividades de interação, enfim, valorizar sua cultura. Dessa forma, o educando estará em um “estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas que usam a escrita.” (SOARES, 2017, p. 47).

Ainda sobre essa discussão, Rojo (2009) diz que:

(...) podemos dizer que as práticas sociais de letramento que exercemos nos diferentes contextos de nossas vidas vão construindo nossos níveis de alfabetismo ou de desenvolvimento de leitura e de escrita; dentre elas, as práticas escolares. (p. 98)

A autora traz um conceito de letramento, relacionando-o a práticas realizadas pelos sujeitos socialmente. Sendo assim, o trabalho com gêneros textuais, levando-se em consideração a sua variedade no que diz respeito à quantidade e à funcionalidade, é um mecanismo que intensifica a aprendizagem dos educandos, sobretudo nas aulas de Língua Portuguesa.

3 O GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO: PRÁTICAS DE LETRAMENTO

3.1 Conceituando o gênero artigo de opinião

Uma discussão muito pertinente nos contextos educacionais, com maior frequência nos últimos anos, é a aplicação de práticas de ensino de produção de texto que priorizem os gêneros textuais, sobretudo os que tenham maior relevância no contexto social dos educandos. Diante disso, tendo como foco, neste trabalho, os educandos dos anos finais do Ensino Fundamental, é preciso não só observar seus contextos sociais, mais ir além disso e ter mente que eles já se inserem em uma faixa etária que se posiciona cada vez mais e, de certa forma, dialoga com uma quantidade cada vez maior de interlocutores, não se limitando ao ambiente escolar. (BNCC, 2017, p. 134).

Partindo dessa perspectiva, em especial no que diz respeito a práticas de produção de texto, precisamos levar em consideração gêneros que

proporcionem esse espaço orientado pela BNCC. Sendo assim, a proposta aqui é orientar o ensino de Língua Portuguesa, em especial, o de produção de texto, tendo como base um gênero textual que se torne relevante para essa faixa etária de educandos, o que os ajudará a ter autonomia nas suas relações sociodiscursivas. Para tanto, vimos no gênero artigo de opinião, um meio de orientar os nossos educandos a alcançarem a referida autonomia.

Rodrigues (2000) diz que:

O ensino-aprendizagem da produção do artigo justifica-se pela sua relevância sociodiscursiva, dada sua importância como um dos instrumentos para a promoção da efetiva participação social aluno-cidadão, um dos objetivos gerais do Ensino Fundamental, bem como pelo resgate da função social da escrita. Sua relevância destaca-se pela sua dimensão pedagógica, quer dizer, pela função que pode desempenhar no desenvolvimento de conteúdos específicos da área de Língua Portuguesa. (p. 216)

O ensino de produção de texto, então, precisa cada vez mais adequar-se ao contexto e às necessidades do educando. É preciso se pensar em práticas de escrita que viabilizem a ele essa oportunidade de dialogar com o outro com total autonomia. Como disse a autora, é preciso ver a escrita a partir de sua função social, o que não limitará o educando a práticas de escrita no contexto escolar, contudo, ele levará isso para suas necessidades corriqueiras.

Com base nisso, o artigo de opinião é um gênero que trata da capacidade persuasiva do educando, uma forma de convencer o outro, de influenciá-lo a partir de um ponto de vista que o autor (educando) assume. Essa peculiaridade pode ou não se efetivar, pois o artigo de opinião é passível de refutação. (BRAKLING, 2000, p. 227). Nesse ponto, tudo dependerá de como o autor apresentar suas ideias em forma de argumento, e é preciso que ele seja preparado para demonstrar domínio sobre isso. Koch (2017) diz que:

Argumentação, portanto, é o resultado textual de uma combinação entre diferentes comportamentos, que exige do sujeito que argumenta construir, *de um ponto de vista racional*, uma explicação, recorrendo a experiências individuais e sociais num quadro espacial e temporal de uma situação com finalidade persuasiva. (p. 24)

É bastante relevante a aquisição da capacidade argumentativa para o educando, ainda mais quando, nessa fase escolar, a sua relação com textos que tratam da opinião e exigem que ele se imponha é bastante comum, ou pelo menos deveria ser. De fato, vale ressaltar que nem todos os educandos têm acesso a todos os gêneros textuais, em especial os que expõem opinião, desse fato, portanto, surge a necessidade de trabalhar o gênero artigo de opinião em sala de aula, devido, justamente, a sua capacidade

argumentativa. Rodrigues (2000), complementa a colocação de Koch em relação à argumentação ao dizer que:

A argumentação no sentido de demonstrar a pertinência do artigo como objeto de aprendizagem está na compreensão de que o objetivo da escola para o ensino da produção escrita também não pode se limitar à promoção do letramento funcional. Nessa concepção, pode-se dizer que ser letrado se restringe a possuir conhecimento e domínio de gêneros considerados suficientes para que a pessoa possa funcionar adequadamente nos contextos sociais em que a escrita é prevista como necessária para ela e seu grupo social (...) (RODRIGUES, 2000, p. 219)

Como podemos perceber, o gênero artigo de opinião é um forte meio para a aquisição da capacidade argumentativa do educando, partindo do pressuposto de que ele também precisa ter domínio de mecanismos que o auxiliem de fato na sua produção escrita. Além disso, é preciso que ele aprenda a gerenciar esses mecanismos a seu favor, pois o educando não apenas utilizará a sua capacidade de argumentar em sala de aula, pelo contrário, em suas experiências quotidianas ele deve fazer uso, também, dessa capacidade.

Essa aquisição de mecanismos, que auxiliem o educando nas suas interações quotidianas, serve, sobretudo, para dar-lhe autonomia nessas mesmas atividades interativas. Estudar o gênero artigo de opinião, numa perspectiva textual e sociointerativa, levará o educando a organizar seu discurso, a ter o conhecimento para o diálogo com outros sujeitos, a ser, enfim, um sujeito letrado, pronto para fazer uso dos conhecimentos adquiridos na escola em seu contexto social e fora dele.

3.2 Um gênero em aplicação

A proposta deste artigo é, justamente, enfatizar o trabalho com o gênero artigo de opinião, levando em consideração suas peculiaridades para que o educando adquira a capacidade argumentativa e, sobretudo, torne-se um sujeito letrado. Isso se dará a partir da consideração da vida do educando, seus costumes, sua rotina diária, sua convivência com a família etc.

Levando em conta esses fatores, a proposta aqui é trabalhar com o gênero artigo de opinião de forma que o educando seja capaz de produzi-lo com autonomia. Propomos, portanto, a aplicação de sequências didáticas, como orientam Dolz; Noverraz; Schneuwvly, (2004):

Uma sequência didática tem, precisamente, a finalidade de ajudar o aluno a dominar *um* gênero de texto, permitindo-lhe, assim, escrever ou falar de uma maneira mais adequada numa dada situação de comunicação. O trabalho escolar será realizado, evidentemente, sobre gêneros que o aluno não domina ou o faz de maneira insuficiente; sobre aqueles dificilmente acessíveis, espontaneamente, pela maioria dos alunos; e sobre gêneros públicos e não privados. (p. 97)

Como orientam os autores, e isso cabe muito bem no que propõe este artigo, a aplicação de sequências didáticas possibilitará ao educando um melhor domínio sobre o gênero trabalhado. Além disso, não se limitando ao aprendizado no que diz respeito ao gênero como texto por si só, mas tirando proveito do que esse aprendizado pode lhe trazer. Por exemplo, o gênero artigo de opinião trata, obviamente, de uma opinião expressa sobre determinado assunto que, neste caso, parte do conhecimento que o educando já traz consigo e das orientações e discussões efetuadas em sala de aula, e ele, a partir de argumentos coerentes, se posicionará diante da referida temática.

O que entra em foco aqui é a organização do trabalho com um gênero específico, sobretudo que leve os educandos a adquirirem conhecimentos fundamentais não só para sua vida escolar, mas também fora do seu contexto. “As sequências didáticas servem, portanto, para dar acesso aos alunos a práticas de linguagem novas ou dificilmente domináveis.” (DOLZ; NOVERRAZ; SCHNEUWVLY, 2004, p. 97)

Pela complexidade de produção do gênero artigo de opinião, direcionamos a aplicabilidade desta proposta de trabalho para os anos finais do Ensino Fundamental, em especial em turmas de 8º e 9º anos. Entretanto, essa é uma orientação e isso não implica dizer que educandos em anos anteriores não sejam capazes de produzir, com qualidade, artigos, mas devemos priorizar, nesses casos, diante da diversidade de gêneros que temos espalhados pela sociedade (BAKHTIN, 2003), gêneros mais aplicáveis a esse público.

Nesse sentido, para que o trabalho com gêneros se concretize com qualidade, é preciso um trabalho voltado, de fato, para a prática desse gênero, mas direcionado a partir de atividades que se relacionem e se aproximem cada vez mais da realidade do educando. Tal proposta deve ir da apresentação do texto, enquanto elemento extraído do seu suporte, seja ele impresso ou digital (devemos salientar que o meio digital apresenta muito mais oportunidade de conhecermos o gênero artigo de opinião do que o impresso). Nesse contexto, é imprescindível que ao educando sejam apresentados artigos, que sejam mostradas suas características, que se mostre como o autor argumenta e quais elementos ele usa para isso.

As atividades propostas devem abranger de forma total o trabalho com o referido gênero, de forma que o educando possa ter autonomia

para produzi-lo. As atividades, portanto, devem ser pensadas e desenvolvidas segundo as orientações de Dolz; Noverraz; Schneuwly (2004):

Os módulos, construídos por várias atividades ou exercícios, dão-lhe os instrumentos necessários para esse domínio, pois os problemas colocados pelo gênero são trabalhados de maneira sistemática e aprofundada. No momento da produção textual, o aluno pode pôr em prática os conhecimentos adquiridos e, com o professor, medir os progressos alcançados. (DOLZ; NOVERRAZ; SCHNEUWLY, 2004, p. 98)

É preciso se pensar numa proposta que leve o educando a refletir sobre seu contexto, para tanto, neste artigo, uma das orientações é propor, ao se aplicar o gênero artigo de opinião em sala de aula, que essa aplicação seja feita de forma que o educando possa ter subsídio para produzir. Seria muito difícil propor a ele que escrevesse, nesse momento em que se está criando afinidade com o gênero, sobre temas que não fazem parte de seu contexto. Não podemos e nem devemos nos esquecer que este artigo visa tornar o educando um sujeito letrado, não apenas ciente da sua realidade, mas também crítico e consciente, capaz de opinar de forma organizada.

Como as abordagens temáticas devem partir do contexto do educando, chegar a isso é imprescindível, o que se torna possível indagando-o sobre sua vivência, questionando-o sobre temas corriqueiros e que, de alguma forma, abranja o maior número possível de educandos, para que o trabalho não se torne subjetivo demais. A aplicação de questionários e debates em sala de aula podem trazer à tona algumas temáticas bastante relevantes, como, por exemplo, uso de drogas, bebidas alcoólicas, gravidez na adolescência etc. Obviamente, muitos dos educandos terão pelo menos um exemplo desses para falar.

Provavelmente, depois dessa etapa da sequência didática, os educandos ficarão inquietos e cheios do que falar/escrever em suas primeiras produções que não virão perfeitas e com excelente correção ortográfica. A partir daí, cabe ao educador, ao analisar essas primeiras produções, elencar os principais equívocos de escrita e trabalhá-los em suas aulas. Essas primeiras produções servirão como um diagnóstico da turma. O educador, então, deverá agir nessas dificuldades dos seus educandos. Cabe também um trabalho mais aprofundado dos elementos articuladores de um texto, que organizarão a sequência de ideias, a ligação entre as palavras e parágrafos etc.

Sobre essa discussão, Dolz; Noverraz; Schneuwly (2004) dizem que:

Antes de mais nada, um ponto importante deve ser lembrado. A

questão da correção ortográfica não deve obscurecer as outras dimensões que entram em jogo na produção textual. Primeiramente, para o aluno, que, preocupado sobretudo com a ortografia, perderá de vista o sentido do trabalho que está realizando, isto é, a redação de um texto responde a uma tarefa de linguagem. Em segundo lugar, para o professor, cujo olhar, atraído pelos “erros ortográficos”, não se deterá nem na qualidade do texto nem em outros erros mais fundamentais do ponto de vista da escrita: incoerência de conteúdo, organização geral deficiente, falta de coesão entre as frases, inadequação à situação de comunicação etc. (p. 118)

É interessante observar que é preciso, sim, uma atenção mais voltada à ortografia desde que não se limite a isso. Há muito mais a se observar em uma estrutura textual do que elementos ortográficos. Em consonância com os autores, é preciso se voltar para questões referentes à coerência textual, sobretudo na apresentação de argumentos que defendam seu ponto de vista. Atividades que proponham leitura, releitura e análise do que o educando escreveu são fundamentais para que ele se auto avalie enquanto produtor.

Entender o artigo de opinião como um meio para o educando refletir sobre sua realidade é perceber esse mesmo educando como sujeito que age e é capaz de posicionar-se sobre isso. Muito mais que uma simples aplicação de sequência didática, a capacidade de adquirir conhecimentos de forma organizada e levar isso para sua vida é inevitável. Dessa forma, esse educando que aprendeu a organizar seu posicionamento torna-se não apenas um sujeito de conhecimento, mas também um sujeito letrado, capaz ver sua realidade de modo diferente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Voltar o ensino de Língua Portuguesa a práticas interativas com o meio do educando é uma atitude muito sensata para educadores de hoje em dia, visto que, cada vez com mais frequência, não é aceitável limitar-se puramente ao ensino de gramática normativa, pois essa prática deixa de lado questões essenciais de aprendizagem para nossos educandos.

Dessa forma, o trabalho com gêneros, tendo como intuito o letramento desses educandos é uma orientação bastante relevante, principalmente a partir atividades organizadas em uma sequência didática que levem os educandos a dialogar com sua realidade, mas sem deixar de lado a exploração de elementos textuais.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____/VOLOCHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Ed. São Paulo/SP: Hucitec, 1992.

BALTAR, M. O conceito de tipos de discurso e sua relação com outros conceitos do ISD. In: GUIMARÃES, A. M. M., MACHADO, A. R., COUTINHO, A. (Orgs.). *O interacionismo sociodiscursivo: questões epistemológicas e metodológicas*. Campinas: Mercado das Letras, 2007.

BRAKLING, K. L. Trabalhando com o artigo de opinião. Re-visitando o eu no exercício de (re) significação da palavra do outro. In: ROJO, R. *A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs*. São Paulo: Mercado das Letras, 2001.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa. Brasília/DF: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília, DF, 2017.

DOLZ, B; SCHNEUWLY, D. *Gêneros orais e escritos na escola*. Trad. E org. ROJO, R. e CORDEIRO, G. L. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros Textuais: definições e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela P.; MACHADO, Anna R.; BEZERRA, Maria A. (Org.) *Gêneros Textuais e Ensino*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

OLIVERIA, Maria do Socorro (ORG.); TINOCO, Glícia |Azevedo; Santos, Ivoneide Bezerra de Araújo. *Projetos de letramento e formação de professores de língua materna*. Natal: EDUFRN, 2011.

RODRIGUES, R. H. O artigo de jornalístico e o ensino da produção escrita. In: ROJO, R. *A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs*. São Paulo: Mercado das Letras, 2001.

ROJO, Roxane. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola, 2009.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BIBLIOGRAFIA

SOARES, Magda. *Alfabetização e letramento*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2017.